



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 238, DE 2024

(Do Sr. Alex Santana)

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para introduzir o Programa Selo Digital como novo instrumento de transparência da gestão fiscal.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° , DE 2024

(Do Sr. ALEX SANTANA)

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para introduzir o Programa Selo Digital como novo instrumento de transparência da gestão fiscal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 48 São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; o Programa Selo Digital; e as versões simplificadas desses documentos.

.....
§ 7º Para os fins desta lei, considera-se Programa Selo Digital o conjunto de ações que visam promover a cidadania fiscal e aprimorar o relacionamento entre o fisco e o contribuinte.”
(NR)

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste Projeto de Lei Complementar é alterar a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, popularmente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para introduzir o Programa Selo Digital como um novo instrumento de transparência da gestão fiscal, tornando-o



* C D 2 4 9 8 4 2 4 5 7 0 0 0 *

obrigatório para todos os entes federativos, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Trata-se de uma medida justa e necessária, uma vez que contribui para o aperfeiçoamento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tornando-a mais efetiva em todo o território nacional.

Como oportuno, externo meu reconhecimento e agradecimento ao senhor Jó Carneiro da Rocha Menezes, Advogado, por indicar a apresentação deste projeto, assim como por sua contribuição e encaminhamentos realizados junto a Consultoria Legislativa para a elaboração da presente proposição.

Ante o exposto e tendo em vista a imensa relevância desta matéria para a transparência das relações entre o fisco e os contribuintes, conto com o apoio dos nobres pares nesta Casa para a rápida aprovação do Projeto de Lei Complementar em tela.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2024.

Deputado ALEX SANTANA

2024-16338



* C D 2 2 4 9 8 4 2 2 4 5 7 0 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI COMPLEMENTAR Nº
101, DE 4 DE MAIO DE 2000**

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2000/leicom_complementar-101-4-maio-2000-351480-norma-pl.html

FIM DO DOCUMENTO